

# A emancipação dos escravos no Ceará em um jornal católico

PINHEIRO, Alceste<sup>1</sup>

Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro)

**Resumo:** Em 25 de março de 1885, a Província do Ceará decidiu abolir a escravatura. Em meio ao recrudescimento dos debates sobre a chamada Questão Servil, nos jornais e no Parlamento, a decisão – a primeira do tipo tomada no Brasil – obteve grande repercussão no país e influenciou decisões semelhantes no Amazonas e no Rio Grande do Sul. Teria também papel importante na aprovação da conhecida Lei dos Sexagenários, penúltima etapa do processo gradualista de abolição.

Este trabalho intenta demonstrar como os qualificados ultramontanos receberam (e participaram) do movimento emancipacionista cearense e o fizeram repercutir no jornal *O Apóstolo*, o mais importante periódico católico do século XIX. Pelas páginas do trissemanário é possível confirmar não só as posições desse setor da Igreja em relação à questão servil, mas também as posições dos ultramontanos sobre o que deveria ser o Brasil, debate, aliás, que se aguça naquele final de século.

*O Apóstolo* mostra-se uma publicação fundamental para a compreensão das posições que a Igreja adotará nos anos seguintes e na Primeira República.

**Palavras-chave:** Abolição no Ceará; Imprensa e Abolição; *O Apóstolo*

**Resumen:** En 25 de marzo de 1885, la Provincia de Ceará decidió abolir la esclavitud. En medio de la escalada de las discusiones sobre la cuestión, en los periódicos y en el Parlamento, la decisión – el primero de su tipo adoptadas en el Brasil Imperial –, ha ocurrido gran repercusión en el País e influyó en decisiones similares en las Provincias de Amazonas y Rio Grande del Sur. Además, la decisión en Ceará también tendría un papel importante en aprobación de la Ley Sexagema, penúltimo paso nacional en el proceso de supresión gradual de la esclavitud. Este trabajo pretende demostrar cómo los calificados ultramontanos han recibido (y participado) del movimiento de emancipación en Ceará, haciendo repercutir el tema en el periódico *O Apóstolo*, lo más prestigioso periódico católico del siglo XIX. Por las páginas de *O Apóstolo* es posible reconocer no sólo las posiciones de los ultramontanos en este tema, sino también las posiciones de ellos sobre lo que debería ser el Brasil, debate, además, que se agudiza al final de ese siglo. *O Apóstolo* es una publicación clave para el comprensión de las posiciones que la Iglesia tomará en los años siguientes y después de la Primera República brasileña.

**Palabras clave:** Abolición en Ceará, Prensa y Abolición, *O Apóstolo*

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, com doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: apal@terra.com.br.

A chamada Questão Servil entrou novamente nos debates nacionais a partir de 1880 – ano que Robert Conrad considera o reinício da luta antiescravista. É o começo da organização de clubes emancipacionistas e o avanço da campanha pela imprensa (CONRAD, 1978: 168-172). Era um movimento urbano, com envolvimento de setores médios da população e avanço ainda que lento na Câmara dos Deputados e no Senado.

Nos anos 1881 e 1882, o movimento perdeu força com a ação dos escravocratas. Ficou evidente que a opção era por um gradualismo lento, que levasse ao fim da escravidão em 20 anos com base no que fora aprovado na chamada Lei do Ventre Livre. Só em 1883 é que o movimento emancipacionista recrudesciu de forma vigorosa. Na corte, alguns dos principais militantes emancipacionistas trataram de reunir os clubes abolicionistas em uma confederação, que lançou um manifesto em agosto. Em novembro, nasceu a Sociedade Central de Imigração, com o objetivo de trazer trabalhadores brancos, europeus e livres para as fazendas do Império. Em 1884, o abolicionismo assumiu pela primeira vez o caráter de um movimento de massas (CONRAD, 1978: 234-239).

No próprio parlamento, as discussões reacenderam-se. Mesmo os deputados e senadores ligados à escravocracia perceberam a inevitabilidade do fim do sistema e reconheceram a necessidade de encaminhamento da Questão Servil. Já não havia apoio intelectual e ideológico à escravidão. Era grande a maioria dos que apostavam nas vantagens do trabalho livre sobre o trabalho escravo. As divergências eram de como proceder à transição. Nisso se concentravam os principais temas em debate (MENDONÇA, 2008, 47-48).

A Igreja Católica Romana também deixara de defender, justificar e legitimar a escravidão, como ficou demonstrado nas discussões em torno da Lei do Ventre Livre, o mais importante embate político da segunda metade do século XIX. O setor já hegemônico da instituição passara a engajar-se claramente no processo abolicionista. Esse movimento é possível de constatação nas páginas do jornal *O Apóstolo*, nas quais ficam expressos os princípios que norteavam a defesa da emancipação e deixam evidente que sociedade queria para o Brasil esse grupo católico.

A imprensa brasileira entrara na sua segunda fase, como qualifica Juarez Bahia, iniciada em 1880,

quando já está preparada para o estágio empresarial. Os veículos aposentaram os processos já superados de composição e impressão e adquiriram equipamento moderno, mais rápido, que reduziram o esforço físico e o tempo industrial (BAHIA: 2009, 114).

É uma fase prenunciada a partir da chamada Conciliação, quando as elites se arranjam nos partidos Liberal e Conservador, acabam com as lutas internas e consolidam a centralização e o Império e abrem as portas para um período de progresso material e equilíbrio político. O país entra então em uma etapa de “paz e tranquilidade”, de construção e afirmação do sistema conservador e escravocrata, com evidentes reflexos na imprensa.

O incremento econômico faz aparecer as ferrovias e surgir o telegrafo – fundamentais para o Jornalismo, para a obtenção de notícias e para a circulação delas. Fundamental também para imprensa é a incrementação urbana, que se acelera.

Não era uma modernização capaz de abranger os 425 periódicos publicados no Brasil em 1883, incluídas as revistas. Conviviam traços do jornalismo produzido anteriormente, caracterizado pela “radicalidade opinativa e descompromisso comercial”, voltado para os grandes temas nacionais, como a Abolição e a República, e um novo modelo de imprensa industrial, comercial e lucrativa (ROMANCINE & LAGO: 2007, 46). É claro que a modernização só atingia alguns jornais dos principais centros urbanos, como o Rio de Janeiro, onde eram editados 38 periódicos.

É também nesses últimos anos do século XIX que começa a se firmar na imprensa brasileira uma geração essencialmente de jornalistas, homens com menos vínculos com a literatura, como Quintino Bocaiúva e José do Patrocínio, no Rio de Janeiro, e Rangel Pestana e Júlio de Mesquita, em São Paulo. É essa a geração que vai processar a consolidação do jornalismo industrial e empresarial (ARNT: 2001, 14)

À medida em que a chamada Questão Servil ganhava importância, os jornais envolveram-se nos debates e discussões. De um modo geral, todos defendiam a abolição, mas com nuances que iam de uma posição favorável à emancipação imediata à defesa de um gradualismo que daria fim à escravidão somente no século XX.

Conrad considera a *Gazeta de Notícias* o primeiro dos grandes jornais abolicionistas (CONRAD: 1978, 180-181). Era um diário popular, barato, lançado em 1874 por Ferreira de Araújo. No jornal, entre 1877 e 1881, trabalhara José do Patrocínio, um dos mais importantes líderes abolicionista.

O *Abolicionista*, lançado em 1º de novembro de 1880 na corte pelo maranhense Joaquim Serra, já deixara de circular. Fora o órgão da Sociedade Brasileira contra a Escravidão e refletia as posições moderadas de Nabuco. A posição mais radical em favor da emancipação passou então a ser defendida pela *Gazeta da Tarde*, adquirida por Patrocínio em 1881 e que Conrad considera “a única fonte de informação digna de confiança da capital para um público ávido de notícias sobre o progresso da libertação” (idem: idem, 181) e “o mais independente e eficaz da cidade” (idem: idem, 187).

Os dois principais jornais de São Paulo – *Correio Paulistano* e *Província de São Paulo* – entraram na década de 1880 em clara defesa da emancipação, em indício evidente que os cafeicultores paulistas estavam cada vez menos interessados na manutenção do sistema (COSTA: 1998: 468)

Aliado dos mais conservadores era *O Cruzeiro*, lançado em 1876 e escolhido para representar os interesses dos escravocratas pelo Centro da Lavoura e do Comércio, a mais importante das inúmeras associações de proprietários. O jornal defendia o cumprimento da chamada Lei do Ventre Livre, que se tornara o esteio dos que defendiam o adiamento quase perpétuo da emancipação.

*A lei de 1871, outrora combatida furiosamente, já se transformara, em 1880, na carta intocável da escravatura, usada até para justificar a continuação do status de escravo dos africanos importados depois de 7 de novembro de 1831* (CONRAD: 1978, 203).

Outro argumento defendido pelo *O Cruzeiro* contra a emancipação mais rápida era o da falta de preparo do escravo para a liberdade e o trabalho livre, porque não fora educado nem tinha experiência. Precisavam primeiro de educação, pois eram homens embrutecidos pelo eito.

Esse argumento será usado pelo *O Apóstolo*, mas em um sentido diferente. O escravo precisava ser educado e instruído porque só assim poderia ocupar-se

de atividades que certos setores queriam entregar aos imigrantes, que o jornal católico considerava um perigo para a Igreja. Encher o Brasil de europeus, melhor ainda se protestantes, era um dos objetivos mais claros de grande parte dos jornais que defendiam a emancipação.

Portanto, a imprensa dos novecentos no Brasil tornara-se um território de um embate pacífico para a imposição de uma determinada ideia de Brasil. As discussões sobre a chamada Questão Servil foram propícias para a defesa de diferentes modelos de nação. E dessa luta participará o setor ultramontano da Igreja. É o que é possível perceber nas páginas de *O Apóstolo*.

O jornal saiu em 1866 como uma publicação sem vínculos formais com a Igreja, mas produzido por padres. Semanário nos primeiros anos, fora diário por um curto período, entre 1874 e 1875, em meio à chamada Questão Religiosa, na qual teve intensa participação. Na época em tela, anos 1880, o jornal saía três vezes por semana, domingo, quarta-feira e sexta-feira. No início da década adotava ainda o formato standart, com quatro páginas.

Redação e tipografia funcionavam nos números 14 e 16 da Rua Nova do Ouvidor (hoje Travessa do Ouvidor), a região mais importante do centro da cidade. O jornal passara por algumas reformas nos 15 anos antecedentes. O que vai à venda nos primeiros na década de 1880, ao preço de 15 mil réis a assinatura anual, e de 8\$000, a semestral, é mais noticioso, mais aberto a outros temas que não o religioso<sup>2</sup>. O jornal estava disponível à venda avulso nas principais igrejas do Rio de Janeiro e na redação<sup>3</sup>.

Mantinha uma *Seção Comercial*, com informações econômicas e financeiras, e publicava uma *Seção Doutrinária*. Editava ainda uma *Seção Noticiosa*, em que

2 À guisa de comparação, os preços da assinatura do *Correio Paulistano*, diário, eram de 12\$000 para a capital, e de 16 mil réis para o interior (idem: idem, 188). A *Revista Ilustrada*, que saía aos sábados com muito sucesso, estabelecia a assinatura anual em 12\$000 (corte) e 20\$000 (interior). O exemplar avulso custava \$500 (idem: idem, 217). Já o *Jornal do Comércio*, também diário, cobrava 40 réis por exemplar (idem: idem, 224). Os preços das assinaturas anuais do diário *Província de São Paulo* estavam fixadas em 14\$000 (capital) e 18\$000 (interior), e as semestrais, em 7 e 9 mil réis, respectivamente. O número avulso custava 200 réis (idem: idem, 227).

3 Não foi possível descobrir a tiragem de *O Apóstolo*. Não deveria ser grande, mesmo para a época. Em 1882, por exemplo, o *Correio Paulistano* tinha tiragem de 1800 exemplares e atingiria 8500 em 1904 (idem: idem, 225). A *Revista Ilustrada*, que tinha a maior circulação do que “qualquer periódico da América Latina”, imprimia 4 mil exemplares na época (idem: idem, 217). Em 1885, a tiragem do *Província de São Paulo* era de quatro mil.

cabiam tudo, de *fait-diversa* “notícias importantes” providas do mundo inteiro. O jornal aceitava os chamados *à pedido* e também anúncios, sempre na última página: de literatura religiosa, de estabelecimentos comerciais, de médicos e até de remédios. Em uma sessão denominada *Telegrama*, o trissemanário publicava as notícias de última hora<sup>4</sup>.

Embora não se apresente como órgão oficial da Igreja, mantinha uma *Seção Oficial*, com informações burocráticas da Diocese do Rio de Janeiro (proclamas, provimentos e transferências de padres, festas e cerimônias religiosas). Publicava ainda textos oficiais do bispo da corte, dom Pedro Maria de Lacerda, e do Papa Leão XIII. Sempre na primeira página, na qual saíam ainda um folhetim, típico da época, e o editorial, então conhecido também por artigo de fundo, que sai em todos os números sob a vinheta *O Apóstolo*.

A década de 1880 não foi auspiciosa para a empresa que editava *O Apóstolo*. A crise financeira afetou a publicação. Na verdade, a situação do jornal sempre foi de dependência. Durante todo o decênio publicará apelo aos assinantes para que honrem o compromisso com o jornal para não deixar “desfalecer o mais antigo periódico católico do Império, decano do jornalismo católico” (*O APÓSTOLO*: 1º. de janeiro de 1882, 1, 1). A reclamação das condições financeiras desfavoráveis será uma constante a partir daí, com registros em editoriais.

A situação era tão grave que o proprietário do jornal, monsenhor José Gonçalves Ferreira, não resistiu e o vendeu em 2 de junho de 1882 (idem: 2 de junho de 1882, 72, 1). A mudança de direção provocou alterações no formato e de endereço. As seções jornalísticas foram mantidas, mas o jornal passou à tablóide, o que lhe reduziu à metade, ainda que com quatro páginas editoriais. Ainda que por um curto período, redação e oficina saíram da Rua Nova do Ouvidor e foram para a Rua São José, 9, onde funcionava a *Typographya Montenegro*. O periódico se tornou mais apologético e mais firme no combate ao que os ultramontanos consideravam “inimigos da Igreja”: principalmente os protestantes, mas também maçons, espíritas, livre-pensadores e positivistas.

Essa linha editorial é traçada pelos seus dois novos redatores: os padres Fernando Thiago Esberard e Joao Scaligero Augusto Maravalho. Esberard era já uma

referência pelo seu radicalismo ultramontano. Apesar disso, ou por isso mesmo, fez carreira na Igreja. Foi bispo de Olinda, entre 1891 e 1893, e depois o primeiro arcebispo do Rio de Janeiro, de 1893 a 1897, quando morreu.

Scaligero Maravalho era um antiescravocrata conhecido desde os tempos em que atuara no Ceará como pároco em Quixadá, nos anos 1870. Essa certamente é uma das razões pelas quais o jornal acompanha com atenção o processo de emancipação cearense. Renata Batista o cita como proprietário do jornal, associado ao padre Jose Alves Martins do Loreto, mas não há provas (BATISTA: sem data, 2). Maravalho era também “provisionado para tratar de papéis de casamento” (*O APÓSTOLO*: 18 de março de 1885, 29, p.4). No período em tela quem se apresenta como proprietário é Florentino Montenegro, dono de *Typographia Montenegro*.

Com Esberard e Maravalho, o jornal mudou de feição, tornou-se mais agressivo. Diferente do que era quando sob a responsabilidade do monsenhor Ferreira, que o lançara em 1866. Sem deixar de ser combativo, Ferreira mantinha uma linha mais tolerante no que se referia às críticas e às relações com o Estado e o Governo. De família muito rica, bancou o jornal sozinho por muitos anos até entrar em falência no início da década de 1880.

A situação era tão grave em 1882 que teve todos os seus bens penhorados para pagar as dívidas. Salvou-o outro padre, o cônego João Pires Amorim, que arrematou as posses em leilão e permitiu ao monsenhor Ferreira que deles usufruísse até a morte, em março de 1883 (Idem: 14 de julho de 1882, 77, 1-2).

A crise financeira de *O Apóstolo* não acabou de imediato com a entrada da nova equipe. Por muito tempo o jornal vai apelar aos leitores e assinantes para equilibrar as contas. Muitas vezes abordará a questão em editorial. Em outras, publicará nome de padres, bispos e leigos que enviavam dinheiro para auxiliar nas despesas do periódico.

Como os jornais mais importantes e conhecidos, *O Apóstolo* dedicou pouco espaço à Questão Servil em 1881. O assunto parecia como que congelado, e o jornal entrara na onda, que prosseguiria no ano seguinte. O trissemanário sequer alude à falta de menção à escravidão na Fala do Trono de 17 de janeiro de 1882. Reclama, sim, do fato de o Imperador não ter mencionado em

4 Nesta época, o Brasil já era servido por cabos telegráficos submarinos, instalados em 1874. Nesse mesmo ano, a agência francesa Havas instalou-se no Rio de Janeiro e passou a providir os jornais de notícias internacionais.

seu discurso – curto como sempre – “as exposições de história do Brasil e da indústria nacional”, nem se referido às relações do Estado com a Igreja, “que ninguém sabe quais são” (idem: 20 de janeiro de 1882, número 9, p. 1).

A partir de 1882, o jornal passa a publicar mais sobre a Questão Servil. Daí em diante, *O Apóstolo* vai se esmerar na tentativa de demonstrar de que é contra a escravidão, assim como a Igreja teria sido, em toda a sua história. Passa então a publicar a concessão de alforrias por leigos ou padres católicos ou por intervenção eclesiástica. É o que faz logo nos primeiros dias de janeiro: “Manumissões – o Padre Germino Walfredo de Souza Gurjão, vigário de Panelas, concedeu carta de liberdade a três escravos, Joaquim Secundino, Manoel e Maria” (idem, 13 de janeiro de 1882, número 6, p. 3). Notícias desse teor serão sempre publicadas daí em diante.

Para o *O Apóstolo*, alforria era sempre uma concessão, uma dádiva do senhor, uma ação de caridade que servia de exemplo para os outros. Nunca deixou ao menos pistas de que a manumissão fora o resultado da própria ação do escravo, como acontecia, conforme demonstram Keila Grimberg (2002: 33-35) e Chalhoub (1990, 149 e 198). Jamais se referiu às alforrias conquistadas na justiça, embora a partir de 1883, poucos tribunais negassem “a liberdade ao escravo que provasse que ele e seus pais tinham sido introduzidos no país depois de 1831” (GRAHAM: 1979, 76). Em nenhum momento, *O Apóstolo* reconheceu a via judiciária, que se tornara um recurso importante para a libertação legal do escravo (MENDONÇA: 2008, 318-319). Alforria, na opinião dos produtores de *O Apóstolo*, constituía-se ainda uma “prerrogativa exclusiva dos senhores”.

Não há também notícias de manumissão paga pelo escravo, nem por acordo com o senhor nem por decisão judicial. O jornal também não trata de alforrias sob condição. Enfim, para o trissemanário católico alforria ainda era uma decisão pessoal do senhor. O que era da estratégia e do interesse do proprietário. “Era necessário que a alforria pudesse ser representada pelo senhor sempre como concessão ou dádiva, mesmo quando a ‘graça’ cruzava com dinheiro na outra mão” (SLENES: 1997, 260).

Para o jornal – assim como para a Igreja – a alforria deveria provocar no escravo sentimento de gratidão e não de conquista de um direito. Esse sentimento de gratidão seria capaz de manter o escravo

ligado à propriedade, como mão-de-obra barata, o que evitaria efeitos sobre o trabalho no campo, prejudicial aos interesses dos senhores.

As notícias demonstram a ideia que o jornal tinha do ato de alforriar os escravos. Em 1882, por exemplo, informa que José Albano Sobrinho libertou dois escravos no dia de sua ordenação sacerdotal, 19 de março, e que a medida provocou uma onda de manumissões (*O APÓSTOLO*: 9 de abril de 1882, número 40. p. 4). No ano seguinte, já vigário de Arronches. José Albano Sobrinho concedeu a liberdade a duas escravas, em meio aos embates abolicionistas do Ceará (Idem: Correspondência do Ceará, 28 de janeiro de 1883, número 11, p. 4)<sup>5</sup>.

Por duas vezes, o jornal vincula bispos a uma ação de alforria. Na despedida de dom Luís Antônio dos Santos da Diocese do Ceará para a Arquidiocese da Bahia, o correspondente de Fortaleza noticiou a manumissão de onze escravos (Idem: idem, 1º de agosto de 1882, número 89, p. 2). Uma outra saiu mais de um ano depois. Reproduziu informação do conservador *Diário de Pernambuco*, segundo a qual o bispo de Olinda, dom José Pereira da Silva Barros libertara três escravos. Comunicava que o prelado já havia distribuído trinta cartas de alforria e ainda publicou a parte do discurso em que o bispo afirmava que “a Igreja lutara sempre contra a escravidão” e definia que a abolição da escravatura deveria vir pela caridade “e não pelo sangue”. No discurso pedia aos escravos “se resignassem e esperassem pelo dia da liberdade que há de vir (idem: Secção Noticiosa, O Sr. Bispo de Olinda e três liberdades, 18 de abril de 1883, número 43, p. 3)

Informação sobre alforrias concedidas por dois padres saiu ainda em fevereiro de 1883 (idem: Correspondência do Ceará, 25 de fevereiro de 1883, número 2, p. 3). A única notícia sobre manumissões que não envolviam diretamente sacerdotes ou bispos foi publicada em abril de 1884. Tratava da libertação dos escravos da Rua Nova do Ouvidor, para onde retornara à redação e à oficina do periódico, e do Largo de São Francisco, sede da Escola Politécnica (idem: Secção Noticiosa, 27 de abril de 1884, número 47, p. 2-3).

Da mesma forma, o jornal passou a se dedicar a notícias provenientes do Ceará, onde o movimento abolicionista avançava mais rapidamente do que em

<sup>5</sup> Arronches era então município, mas posteriormente foi incorporada à Fortaleza como o bairro de Porangaba.

outras províncias. É claro que a informação privilegiada, redigida por um correspondente nunca identificado, era aquela que envolvia padres e leigos católicos. Esse correspondente alimentou o jornal de notícias do final de 1882 até meados do ano seguinte.

O processo emancipacionista no Ceará está sem dúvida ligado à chamada Grande Seca, que devastou a província entre 1877 e 1880, e obrigou o fazendeiro a transferir os escravos para o Sul do país a fim de conseguir capital. Era a única propriedade que lhe restava em condições de venda. Ter de transferir-se para fora do Ceará era sem dúvida um movimento indesejável para o escravo. Chalhoub a qualifica de “experiência traumática” (CHALHOUB: 1990, 58). Chalhoub e Conrad concordam que o tráfico interprovincial selou a sorte do sistema (CHALHOUB: idem, idem; CONRAD: 1972, 207). O estabelecimento de tributos sobre o tráfico interprovincial e de leis que o coíbiam levou ao desinteresse em manter escravos no Nordeste. A campanha pela Abolição no Ceará ganhou intensidade a partir de 1880, com a fundação de associações emancipacionistas por toda a província.

O Apóstolo dirigiu a atenção ao movimento abolicionista cearense, sempre com destaque a atuação do clero e dos leigos militantes.

*Cada vez mais acentua-se o movimento abolicionista em nossa província. O Libertador foi com uma trombeta que veio despertar os libertadores que por um instante procuravam descansar suas longas e peníveis jornadas.*

*O dia 8, consagrado à Virgem Mãe do Divino Libertador, foi também o dia das festas da redenção.*

*A Cearense Libertadora comemorou o seu segundo aniversário, restituindo a liberdade a seis infelizes criaturas.*

*Na Vila da Conceição de Baturité fundou-se nesse mesmo ano uma sociedade libertadora, sendo eleito presidente nosso amigo Revmo. Dr. José Leorne Menescal. Por esta ocasião libertaram-se ainda alguns escravos (O APÓSTOLO: Interior, Correspondência do Ceará, 13 de dezembro de 1882, número 14, p. 1)<sup>6</sup>.*

A partir daí, o correspondente não identificado passou a enviar textos que se referiam à Questão Servil no Ceará. O artigo datado de 9 de janeiro e publicado 19

<sup>6</sup> O *Libertador* é o jornal da Sociedade Cearense Libertadora, simplesmente Cearense Libertadora, a principal organização emancipacionista do Ceará.

dias depois noticia a emancipação dos oitenta escravos do “heróico Município de Acarape, fato virgem na História do Brasil”. Prevê o fim até março do regime servil em Pacatuba, onde já haviam sido alforriados 54 escravos. Revela que foram libertados ainda 116 escravos em Fortaleza e 11 em Mecejana.

O correspondente julgava exultante que o processo de emancipação no Ceará estava sob controle da Igreja:

*As manumissões que tinham por teatro as praças públicas, as festas de família, as reuniões, os convívios, invadiram o recinto sagrado dos tempos e os escravos encontraram abrigo na sobra do sacerdote (Idem: idem, 28 de janeiro de 1883, número 11, 3-4).*

Na edição seguinte, o jornal destaca em negrito que “o clero cearense acaba de reunir-se à sociedade libertadora para redimir a província. Grande entusiasmo” (Idem: Secção Noticiosa, 2 de fevereiro de 1883, número 12, página 2). E vai publicando novas informações: sobre 160 escravos emancipados em Icó, cuja Sociedade Libertadora tinha então o padre Francisco Ferreira Antero como presidente honorário<sup>7</sup>. Informa que no interior, quase todos os padres são presidentes da maioria das associações emancipacionistas. Assim também é em Fortaleza, onde “os eclesiásticos mais considerados são diretores e sócios fundadores da Cearense Libertadora, do Centro Emancipacionista e do Clube Militar Emancipador” (idem, Interior, Correspondência do Ceará, 28 de março de 1883, número 34, p. 3).

O Ceará voltou à pauta de *O Apóstolo* quase três meses depois com a notícia de que 13 municípios, inclusive Fortaleza, determinaram a emancipação dos escravos e prevê que até o fim do ano toda a província decretará o fim do regime servil, a exceção de Crato e Sobral. “E isto sem agravante para os cofres nacionais” (Idem, Secção Noticiosa, 24 de junho de 1883, número 70, p. 3). Um mês depois, o correspondente anuncia que até o fim do ano todos os escravos da Comarca de Aracati estarão emancipados. Faz, entretanto, um alerta, que já se tornara comum no jornal:

<sup>7</sup> Francisco Ferreira Antero foi, anos depois, em 1889, secretário da Comissão de padres que investigou o chamado Milagre de Juazeiro. A referida comissão deu parecer favorável ao Padre Cícero Romão Batista, o que desagradou a cúpula da Diocese do Ceará. Antero era formado em Roma e era considerado, por isso mesmo, um ultramontano, o que causou mais problemas ainda. Mais tarde, diante da ameaça de paralisação da carreira, Antero mudou de posição e rejeitou o parecer que redigira e beneficiava o padre Cícero.

*Lamentamos, porém, que essa nobre ideia, atingindo a realidade de execução que vai tendo, não seja acompanhada de uma outra ainda mais elevada em nobreza que é colocar o liberto em uma atitude de proceder tal que a sociedade não tenha de lamentar a generosidade desse importante passo dado no caminho da civilização.*

O jornal reclama que os escravos cumprem os deveres religiosos “da mesma maneira que essas máquinas autômatas” e por mera obediência ao senhor e normalmente apenas uma vez por ano, na desobriga. Defende, como será freqüente em *O Apóstolo*, a catequese dos escravos e dos libertos (Idem: Interior, Correspondência do Ceará, 25 de julho de 1883, número 83, p. 4).

Sem que o jornal explique o motivo, esse é o último despacho do correspondente do Ceará. As informações que chegavam da província – em muito menor número – saíam agora apenas na *Secção Noticiosa*, em que saiu o anúncio de que a abolição da escravatura na província estava marcada para 25 de março de 1884.

*Jubilosos, saldamos a província heróica do Ceará, e registramos este fato como o mais grandioso, o mais brilhante e a mais extraordinária conquista que possa fazer um povo livre (...). O mais estrondoso fato da história do Brasil neste século, a emancipação do Ceará.*

O jornal anunciou logo abaixo os festejos marcados pela Sociedade Abolicionista Cearense no Rio de Janeiro, domingo, dia 30 de março, com uma regata na Enseada de Botafogo. Informou ainda que a Confederação Abolicionista convidava para “esplêndidos e populares festejos” no Teatro Polytheama (idem: Secção Noticiosa, 23 de março de 1884, número 35, p. 3).

Mais entusiasmado ainda o jornal católico anunciou três dias depois o desembarque na corte de Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar, o jangadeiro que paralisou o Porto de Fortaleza e impediu o embarque ou desembarque de escravos na Província. O texto é laudatório:

*CHEGADA – Chegou, como foi anunciado, no paquete do Norte Espírito Santo, o célebre jangadeiro Francisco José do Nascimento que sendo recebido pelas associações abolicionistas cearenses, sobre grandes ovações, segundo o programa prescrito, recebeu por toda parte nesta corte as mais inesquecíveis manifestações de distinção. Tendo cumprimentado em sua passagem triunfante todos os*

*jornais desta cidade, onde fora entusiasticamente felicitado, veio também a esta redação, que se desvanece por sua visita. Não há dúvida que o dragão dos mares, o herói do norte, teve orações dignas dele e de um povo que ama a liberdade.*

*Fazemos votos para que estas festas sirvam de estímulo para outras províncias em breve realizarem o mesmo feito do Ceará.*

Notícia logo abaixo a “sessão solene comemorativa da libertação total do Ceará”, promovida pela Sociedade Abolicionista Cearense no Clube Ginástico Português, com a presença do Dragão do Mar “e os seus companheiros José Feliz Pereira Barbosa e Francisco José de Alcântara, com discursos do conselheiro cearense Alencar Araripe e do “padre Guerra, tenente-coronel capelão-mor do Exército” (idem: idem, 28 de março de 1884, número 35, p. 2).

Duas edições seguintes e sob a vinheta Libertação do Ceará, *O Apóstolo* relatou o Te Deum solene celebrado em fortaleza por dom Joaquim José Vieira, bispo do Ceará, no mesmo dia da emancipação (idem, idem, 18 de abril de 1884, número 43, p. 3).

Concretizada, a emancipação dos escravos do Ceará saiu do noticiário. *O Apóstolo* vai se dedicar a partir de então a outras questões que incomodavam os ultramontanos: o casamento civil e a imigração, que o levará a defender investimentos na educação e instrução dos escravos e libertos para a formação de mão de obra e na catequese dos índios para transformá-los em colonos, em lugar dos chins, mas também dos protestantes europeus.

## Referências

ARNT, Héris. *A influência da literatura no Jornalismo: o folhetim e a crônica*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.

BAHIA, Juarez. *História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira*, volume I. 5ª Edição. Rio de Janeiro, Mauad, 2009.

BATISTA, Renata. *Representações e modelos femininos nos periódicos religiosos A Cruz (1861-64) e O Apóstolo (1866-74)*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, sem data. Disponível em: [http://www.ichs.ufop.br/ner/images/stories/Renata\\_Batista\\_Brotto.pdf](http://www.ichs.ufop.br/ner/images/stories/Renata_Batista_Brotto.pdf).

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888*. Trad.: Fernando de Castro Ferro. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. 3ª. edição. São Paulo, Unesp, 1998. (Biblioteca básica).

GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GRINBERG, Keila. Alforria. In: VAINFAS, Ronaldo (direção). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. 2ª. edição. Campinas, SP: Unicamp, 2008.

ROMANCINI, Richard & LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.

SLENES, Robert. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral da coleção) & ALENCASTRO, Luiz Felipe (organizador do volume). *História da Vida Privada*, vol. 2. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

